

Incertezas sobre aprovação leva Câmara a adiar voto sobre PL das Fake News

Congresso

Pressão de big techs e desarticulação da base adiam PL das Fake News

— Incerteza sobre número de votos fez aliados de Lula optarem por tirar a proposta da pauta; Lira consultou líderes e enfrentou críticas da bancada evangélica por recuo

JULIA AFFONSO
WESLEY GALZO
BRASILIA

Sob pressão de big techs como Google, TikTok e Meta – controladora de Facebook, Instagram e WhatsApp – e da oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva, a Câmara adiou a votação do Projeto de Lei das Fake News. A incerteza sobre o número de votos para aprovar a proposta fez com que a base optasse por cancelar a apreciação do texto ontem.

O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), chancelou o pedido, após ouvir os líderes partidários. “Estou sendo justo com o País, não com radicalismos”, disse Lira. A ideia de postergar a votação partiu do relator do PL, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que argumentou precisar de mais tempo para atender a todos os pedidos de mudança.

Após anunciar a decisão, Lira foi cobrado pela bancada evangélica. O grupo era contrário à análise do PL, mas, diante da constatação de que governistas não teriam apoio suficiente, passou a querer veto. Lira se irritou com a pressão do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que o acusou de não respeitar a oposição ao adiar, já na semana passada, a votação.

O deputado se referiu à ofensiva deflagrada pelas plataformas digitais, com anúncios e restrição de buscas pelo termo “PL das Fake News”. A proposta em debate trata da criação da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet e prevê novas regras de uso a essas companhias, que envolvem redes sociais, ferramentas de busca e aplicativos de mensagem.

TOM DO DEBATE. A iniciativa das empresas, criticada por Li-



Lira (centro) preside sessão na Câmara; votação do PL das Fake News é adiado após pedido do relator

Para entender

● Fake news

Proposta define como crime o ato de promover ou financiar, via conta automatizada, a divulgação de mensagens com fake news sobre eleição ou que possam causar danos à integridade física

● Direito autorai

As plataformas deverão pagar pela reprodução de conteúdos protegidos por direitos autorais. Projeto também estabelece remuneração a empresas jornalísticas por conteúdos usados pelas plataformas, sem onerar os usuários

● Dever de cuidado

Empresas terão de atuar “diligentemente” no combate à disseminação de conteúdos que tratem de crimes contra o estado democrático, terrorismo, indução ao suicídio, crimes contra crianças e adolescentes, racismo e violência contra a mulher

● Responsabilização

As empresas serão responsabilizadas em conjunto com usuários que pagarem para anunciar conteúdos causadores de danos. Atualmente, apenas os usuários são responsabilizados por conteúdos ilegais que são postados nas redes sociais

ra em plenário, levou também a uma contraofensiva do governo Lula, do Supremo Tribunal Federal e do Ministério Público Federal (mais informações na página ao lado). Na Câmara, Lira endossou a reação: “Não estou defendendo texto A ou B. Estou defendendo que esta Casa discuta temas. Desça o cacete nas ideias, suba o tom do debate, mas vamos parar com os achincalhes de parte a parte”.

Alvo das big techs, o PL das Fake News define regras para plataformas digitais com mais de 10 milhões de usuários mensais no País e impõe responsabilidade solidária para conteúdos causadores de danos – ho-

je, só usuários são responsabilizados por conteúdos ilegais postados. O texto tipifica ainda como crime o ato de promover ou financiar, por meio de conta automatizada, a divulgação em massa de mensagens que contenham fake news sobre eleição. A pena é de 1 a 3 anos de prisão e multa.

Com o imbróglio jurídico e político, a articulação governista naufragou. O texto precisava de maioria simples para ser aprovado, desde que confirmado o quórum mínimo de 257 deputados em plenário – ou seja, metade mais um dos votos dos parlamentares que registraram presença na sessão.

O deputado André Fufuca (PP-MA), líder do partido de Lira, foi o primeiro a endossar o pedido de adiamento feito por Silva. Segundo ele, o relator havia recebido mais de 90 emendas ao projeto. Outros líderes de partidos aliados do governo, a partir daí, seguiram o mesmo caminho.

PREVISÃO. Partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, o PL preferiu, no entanto, pedir que o projeto fosse votado logo. Altineu Côrtes (RJ), líder da legenda, cobrou de Lira uma previsão para a proposta ser avaliada em plenário. O relator do PL, por sua vez, disse que serão necessárias mais duas semanas para trabalhar no novo texto. O prazo está vinculado à ausência de Lira, que viaja amanhã para os Estados Unidos e só volta no dia 10.

Côrtes defendeu ao longo do dia uma alternativa ao projeto, enquanto bolsonaristas se revezaram no plenário com críticas. “Esse é o projeto da censura”, disse a deputada Bia Kicis (PL-DF). O discurso foi reeditado por integrantes da legenda. Uma enxurrada de mensagens foi postada também no canal do YouTube da Câmara com ataques à proposta.

Antes do início da sessão, nem governo nem oposição afirmavam ter votos suficientes para aprovar ou barrar o texto. As bancadas, contudo, evitaram cravar o número de votos que teriam.

GOVERNO. Apesar das dúvidas, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), alegava pela manhã que tinha os votos para levar o PL adiante. Ele ainda acusou o Google de adotar uma “posição criminosa”. “Acho que tem de votar, acabar com essa chantagem, essa ação criminosa das plataformas contra a Câmara e contra as crianças”, disse.

Aprovado em junho de 2020 no Senado, o texto agora determina que as plataformas digitais precisariam ter um nível elevado de privacidade, proteção de dados e segurança para crianças e adolescentes. Deverão impedir ainda o uso da ferramenta pelo público desta faixa etária quando os serviços oferecidos não forem desenvolvidos para menores. A favor do projeto, a organização Avaaz instalou mochilas em frente ao Congresso em memória às vítimas de ataques em escolas.

Entre outros pontos, o PL das Fake News estabelece que as empresas deverão ter representação no País, com identificação e informações facilmente acessíveis em sites. O representante deverá ter poderes para, por exemplo, cumprir determinações judiciais e fornecer informações às autoridades competentes.

Alcance
Projeto prevê regras para plataformas digitais com mais de 10 milhões de usuários mensais

MUDANÇAS. Até semana passada, o projeto previa a criação de uma entidade autônoma de supervisão das plataformas digitais, que seria ligada ao Poder Executivo. O trecho foi suprimido após críticas. O texto do relator tem 16 capítulos e, se aprovado na Câmara, terá de voltar à análise do Senado em razão de alterações.

Autor do PL, o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) usou redes sociais para defender o texto. “O mais triste neste debate sobre o PL 2.630 é que as críticas não apontam nenhum problema concreto no texto ou alternativas reais para proteger o ambiente digital”, disse o parlamentar. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 8